

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE 10.000 DEBÊNTURES SIMPLES

PRIMEIRA EMISSÃO DA MRS LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento, como Emissora, MRS Logística S.A., companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 228, sala 1.201E, ala B, inscrita no CNPJ sob nº 01.417.222/0001-77, e estabelecimento operacional localizado na Cidade de Juiz de Fora (MG), na Av. Brasil, 2001, inscrito no CNPJ sob o nº 01.417.222/0003-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e, como Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de 10.000 (dez mil) Debêntures Simples da Primeira Emissão da MRS Logística S.A. ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

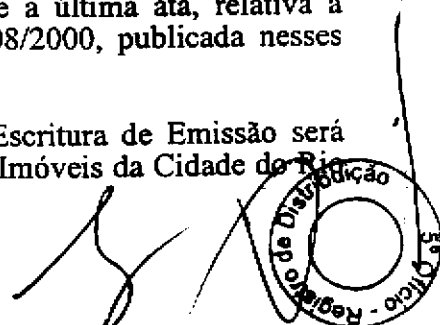
- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de junho de 2000, e nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 15 de junho de 2000 e 10 de agosto de 2000.

II

DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão de Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- II. *Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração*. As Atas da Assembléia Geral Extraordinária de 27/06/2000 e das Reuniões do Conselho de Administração de 15/06/2000 e 10/08/2000, que deliberaram sobre a emissão de Debêntures, foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob os seguintes números e datas: 1089020 em 21/07/2000, 1083964 em 03/07/2000 e 1097007 em 23/08/2000, respectivamente, tendo as duas primeiras atas sido publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" em 26/07/2000 e a última ata, relativa à Reunião do Conselho de Administração de 10/08/2000, publicada nesses jornais em 30/08/2000; e
- III. *Registro da Escritura de Emissão*. A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



JUCERJA

III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

17 10 03

- 3.1 Os recursos captados com a emissão das Debêntures serão utilizados em investimentos previstos no Plano de Negócios da Emissora.

IV

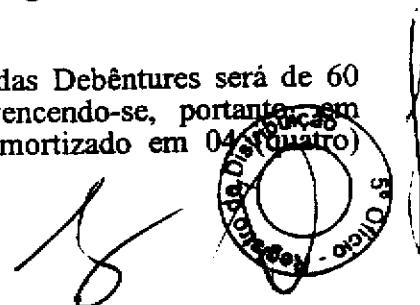
DA EMISSÃO

- 4.1 *Colocação e Procedimento.* O lançamento será público, com a consequente intermediação de instituição financeira, para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição financeira coordenadora da distribuição das Debêntures ("Coordenador"), que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.
- 4.2 *Quantidade de Títulos.* Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures, em uma única série.
- 4.3 *Valor Nominal.* O valor nominal das Debêntures será R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal").
- 4.4 *Valor da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.
- 4.5 *Séries.* A emissão terá uma única série.
- 4.6 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

V

DO TÍTULO

- 5.1 *Tipo e Forma.* As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito das debêntures escriturais, emitido pela Instituição Financeira responsável pela escrituração das Debêntures.
- 5.2 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária.
- 5.3 *Data de Emissão.* A data de emissão será o dia 1º de Agosto de 2000 ("Data de Emissão").
- 5.4 *Prazo, Data de Vencimento e Amortização.* O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01/08/2005. O Valor Nominal das debêntures será amortizado em 04 (quatro)



parcelas anuais e iguais, devidas em 01/08/2002, 01/08/2003, 01/08/2004 e 01/08/2005.

- 5.5 *Remuneração.* As debêntures renderão juros equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, doravante denominada "Taxa DI", mais uma sobretaxa efetiva de 1,5% (um e meio por cento) ao ano. As taxas, bem como a sobretaxa, serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ou sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário, conforme o caso, desde, inclusive, a data de emissão, ou data de vencimento dos juros, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que será excluída, para fins de cômputo da taxa DI.

5.5.1 *Periodicidade de pagamento.* Os juros serão pagos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 1º de fevereiro e 1º de agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2001 e o último na data de vencimento. Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), a(s) data(s) de vencimento dos juros ficará(ão) prorrogada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

5.5.2 *Período de Vigência da Remuneração.* As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até 1º de agosto de 2005, ou até a quitação integral das obrigações da Emissora.

5.5.3 *Fórmula de cálculo da remuneração.*

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = valor nominal da debênture no início do "período de capitalização";

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, acrescido da sobretaxa efetiva de 1,5% (um e meio por cento) ao ano, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times \left[\left(1 + \frac{1,5}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}$$

onde,

f_j = fator da Taxa DI acrescida da sobretaxa referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j".

- 5.5.4 *Período de capitalização dos juros.* Define-se "*período de capitalização*" dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão acumulados de forma exponencial. O valor dos juros será agregado ao saldo não amortizado do valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento dos juros será exigível somente no final do "*período de capitalização*", sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

| Períodos de Capitalização | Datas de Início e Término |
|---------------------------|-----------------------------------|
| 1º | Da data de emissão até 01/02/2001 |
| 2º | 01/02/2001 a 01/08/2001 |
| 3º | 01/08/2001 a 01/02/2002 |
| 4º | 01/02/2002 a 01/08/2002 |
| 5º | 01/08/2002 a 01/02/2003 |
| 6º | 01/02/2003 a 01/08/2003 |
| 7º | 01/08/2003 a 01/02/2004 |
| 8º | 01/02/2004 a 01/08/2004 |
| 9º | 01/08/2004 a 01/02/2005 |
| 10º | 01/02/2005 a 01/08/2005 |

- 5.5.5 *Apuração da Taxa DI.* Se na data de apuração do valor de quaisquer obrigações não se conheça a Taxa DI aplicável à determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

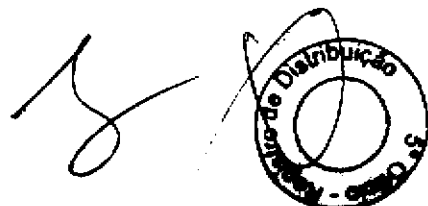
- 5.5.6 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.* No evento de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias seguidos, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. O novo parâmetro de remuneração, estabelecido entre os debenturistas e a Emissora, será utilizado, também, para a remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de juros ou do valor principal das debêntures. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da assembléia geral de debenturistas, na sua totalidade, pelo seu saldo não amortizado do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

- 5.5.7 Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 5.5.6 acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da assembléia geral prevista, as Debêntures pagarão remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 (trinta)

5.º Ofício - Registro

dias imediatamente anterior à convocação da referida Assembleia, calculado *pro rata temporis* até a data de pagamento do valor do resgate.

- 5.6 *Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de depósito do pedido de registro da emissão das Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado pela taxa de Remuneração a que se refere a Cláusula 5.5. acima, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.7 *Resgate Antecipado.* A Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, no 24º, 36º ou 48º mês após a data de emissão, ou, ainda, na hipótese prevista na Cláusula 5.14.3, mediante o pagamento do saldo não amortizado do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 5.8 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 5.9 *Multa de Mora e Juros Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 5.10 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.9 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.11 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, ou na sede da Emissora, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- 5.12 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro (RJ) e na Cidade de São Paulo (SP), sem nenhum acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.



5.13 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

5.14 *Repactuação.* A Emissora se obriga a repactuar todas as condições das Debêntures, respeitadas as condições previstas na alínea "F" do item 5.14.1 e no item 5.14.2 na hipótese de não serem observados os seguintes limites e índices econômico-financeiros ("Limites e Índices"):

(a) a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, na data do encerramento de cada balanço trimestral ou anual a relação entre a Dívida Líquida Consolidada (conforme definida abaixo) e o Patrimônio Líquido da Emissora deve ser menor ou igual a:

- 8 (oito) nos anos civis 2000, 2001, 2002 e 2003;
- 7 (sete) no ano civil 2004; e
- 6 (seis) no ano civil 2005.

(b) a partir da data de emissão das debêntures, na data do último balanço trimestral a relação entre a Dívida Líquida Consolidada e EBITDA (conforme definidos abaixo) dos últimos 12 (doze) meses deve ser menor ou igual a:

- 5.5 (cinco e meio) nos anos civis 2000 e 2001;
- 5 (cinco) no ano civil 2002; e
- 4.5 (quatro e meio) nos anos civis 2003, 2004 e 2005;

sendo que para o ano civil 2000, será aplicada a seguinte regra: (i) no primeiro trimestre do ano de 2000 o EBITDA apurado será multiplicado por quatro; (ii) no primeiro semestre do ano de 2000 o EBITDA acumulado no período será multiplicado por dois e (iii) no terceiro trimestre do ano de 2000 utilizar-se-á o EBITDA acumulado no período entre o último trimestre de 1999 e o terceiro trimestre de 2000;

Onde:

"*Dívida Líquida Consolidada*" significa o somatório das dívidas financeiras contraídas pela Emissora junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras ou devidas em função de emissões de títulos e valores mobiliários de renda fixa emitidos no mercado de capitais brasileiro e/ou internacional ("Dívida Financeira Total Consolidada"), descontadas das Disponibilidades Financeiras Consolidadas da Emissora, descritas no Ativo Circulante de suas Demonstrações Financeiras.

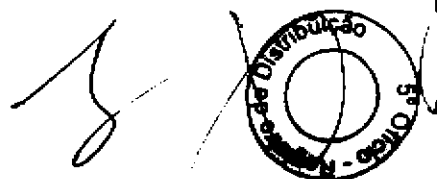
"*Disponibilidades Financeiras Consolidadas*" significa caixa mais aplicações em certificados de depósito bancários e em fundos de investimento que tenham, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) dos seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários de renda fixa.

"*EBITDA*" significa o somatório (sem qualquer duplicidade) de (i) Lucro Líquido antes do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro e Participações para determinado período, mais (ii) os seguintes fatores que foram deduzidos para fins de sua determinação: (a) Depreciação e Amortização Consolidados ocorridos naquele mesmo período; (b) Despesas Financeiras Líquidas.

5.14.1. O seguinte procedimento deverá ser observado:

- (a) o Agente Fiduciário, tendo recebido os demonstrativos financeiros, que se refere a alínea (a) do inciso I da Cláusula 6.1 abaixo, deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela Emissora, dos Limites e Índices aplicáveis, comunicando aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados;
- (b) a Emissora, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, deverá enviar ao Agente Fiduciário informações que comprovem o cumprimento, pela Emissora, dos Limites e Índices;
- (c) durante o prazo da presente emissão, a Emissora poderá manter-se desenquadrada dos Limites e Índices por no máximo 4 (quatro) trimestres, sendo vedado, entretanto, o desenquadramento por períodos superiores a 2 (dois) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento nos Limites e Índices até o final do trimestre imediatamente posterior, não se computando, para os efeitos desta alínea, o eventual desenquadramento acarretado por evento extraordinário;
- (d) na hipótese de evento extraordinário, o desenquadramento dos Limites e Índices poderá vigorar por até 4 (quatro) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento nos Limites e Índices até o final do trimestre imediatamente posterior, considerando-se para esse efeito como ocorrido tal evento extraordinário caso, ao final de determinado trimestre civil, a variação da cotação média do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil exceder a 2 (duas) vezes a variação do IGP-DI divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mesmo trimestre civil;
- (e) não havendo o reenquadramento nos Limites e Índices nos prazos previstos nas alíneas (c) e (d) acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, convocar assembléia para que seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (1) a não aceitação do desenquadramento dos Limites e Índices e a consequente Repactuação das Debêntures em circulação; ou (2) a aceitação de novo nível de enquadramento dos Limites e Índices, por prazo a ser determinado nesta assembléia de debenturistas, findo o qual a Emissora deverá enviar imediatamente ao Agente Fiduciário declaração de reenquadramento nos Limites e Índices, sob pena de, em não o fazendo, acarretar a Repactuação das Debêntures em circulação;
- (f) as condições de repactuação fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 5.13 acima, concedendo-se o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação.

5.14.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.7 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 5.14.1 (f) acima, pelo saldo não amortizado do seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva

A circular stamp with the text "Conselho de Administração da Emissora" around the perimeter. In the center, there is a handwritten signature and the date "10/09/00".

aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

5.14.3 Na hipótese de Repactuação das Debêntures em circulação, a Emissora, à sua exclusiva discrição, poderá proceder ao Resgate Antecipado das Debêntures em circulação, consoante os critérios estabelecidos na Cláusula 5.7, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembleia de debenturistas que a tenha aprovado.

5.15 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo não amortizado do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória, calculados de acordo com o disposto na Cláusula 5.9, calculados exponencialmente por dias decorridos, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- II. decretação de falência da Emissora;
- III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta emissão;
- VI. demais casos previstos nesta Escritura de Emissão ou em lei.

5.16.1 Os valores referidos nos subitens I e V acima serão corrigidos em bases anuais, a contar da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice e/ou de sua não divulgação, deverá ser utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) daquela mesma Fundação, e, na hipótese de extinção e/ou falta de divulgação deste último, deverá ser adotado índice que reflita a real desvalorização da moeda.

5.16.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo não amortizado do seu Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 11.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos juros previstos na Cláusula 5.9 acima.

Handwritten signature and circular stamp of the Agente Fiduciário. The stamp contains the text "Agente Fiduciário" and "Reserva de Distribuição".

JUL 1994

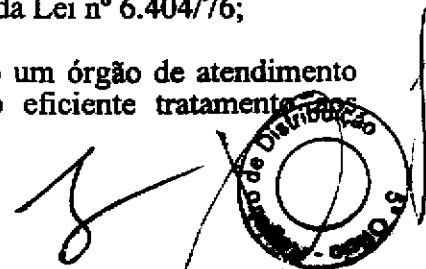
VI

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

10 03

6.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre civil, cópia dos demonstrativos financeiros relativos ao trimestre civil findo;
 - (b) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (c) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada; e
 - (d) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- III. não alienar ativos de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de reais, salvo com autorização expressa do Conselho de Administração da Emissora;
- IV. não participar de qualquer processo de reestruturação societária que envolva fusão, cisão ou incorporação de empresas, salvo na hipótese de ser a Emissora a companhia sobrevivente, e desde que, uma vez implementada a operação, a Emissora continue a atender aos limites e índices previstos na Cláusula 5.14 (a) e (b);
- V. não realizar, direta ou indiretamente, quaisquer transações com partes relacionadas, nos termos definidos pela legislação tributária, a menos que tais transações sejam realizadas a valor de mercado, sendo certo que, caso tais transações, isolada ou conjuntamente, excedam ao montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração;
- VI. não realizar quaisquer negócios ou atividades que não estejam relacionados com a concessão, operação ou administração de estradas de ferro ou outros sistemas de transporte.
- VII. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- VIII. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76;
- IX. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos



titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;

- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos da Cláusula 7.2.2 abaixo;
 - XI. comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias, ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento relevante, de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão (inclusive no que se refere ao cumprimento dos Limites e índices) e/ou de quaisquer contratos significativos de que a Emissora seja parte; e
 - XII. comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação do *rating* concedida à presente emissão ou à Emissora.
- 6.1.1 Aplica-se aos valores referidos nos subitens III e V acima o disposto na Cláusula 5.16.1.

VII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 7.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora declarando:
- I. sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
 - IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.
- 7.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 7.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:
- a) Parcelas trimestrais de R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais), devida a primeira na data da assinatura da escritura de emissão de debêntures. Uma vez a Emissora encontrando-se adimplente com todas as suas obrigações previstas na escritura de emissão nas datas de vencimento das parcelas, estas serão reduzidas para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no 3º ano e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) nos 4º e 5º anos;

- b) Parcela de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo 30% de acordo com a proposta, e os 50 % restantes na data da assinatura desta escritura de emissão, a título de implantação de serviço;
- c) Parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para: (i) cada AGD ou reunião formal de debenturistas, ou (ii) para cada reunião com a Emissora que seja por ela solicitada, devida na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, devidas até que sejam concluídas as formalidades legais e/ ou administrativas, inclusive registrado o aditamento à escritura de emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso;
- d) Parcelas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para cada autorização de manutenção de desenquadramento de limites ou índices, ou para cada eventual prorrogação de pagamentos devidos aos debenturistas;
- e) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou pelo Avalista/Fiador se houver).
- f) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/08/2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário.
- g) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- h) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário, ou seus prepostos, venham a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função ou intentadas contra seus prepostos atuando na defesa dos debenturistas, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário e seus prepostos solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- i) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5 % e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- j) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de

integração social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

- k) Na hipótese da presente escritura de emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações ao Agente Fiduciário ou modificação da espécie, a remuneração será revista de comum acordo com a Emissora e com os debenturistas.

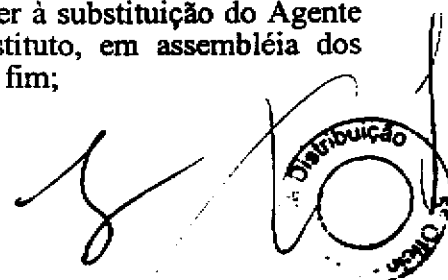
7.2.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário, ou através de boleto bancário (ficha de compensação)

7.2.2 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- III. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;

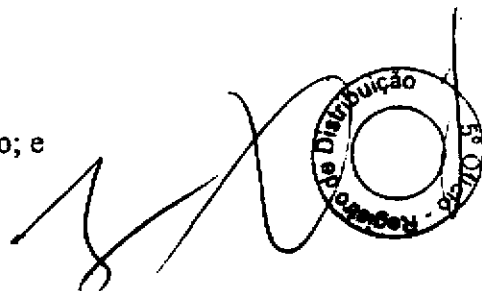


- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assumirá efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XVII da Cláusula 7.4 abaixo, e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

7.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros incidentes sobre sua remuneração;
- III. verificar trimestralmente o cumprimento, pela Emissora, dos Limites e Índices, bem como solicitar à Emissora informações que comprovem o cumprimento, dos Limites e Índices;
- IV. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- V. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- VI. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- XII. solicitar, quando considerar necessário, ~~auditoria extraordinária~~ na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações; ...
- XIV. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório trimestral destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º de ~~artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o qual deverá~~ conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando for o caso;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas na Cláusula 5.14 e nos incisos IV, XI e XII da Cláusula 6.1 acima;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
 - (j) o resultado apurado com a aplicação dos Índices e Limites.
- XVI. colocar o relatório de que trata o inciso XV acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 50 (cinquenta) dias a contar do encerramento do respectivo trimestre da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e



(e) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;

XVII. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;

XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive a Cláusula 5.14; a alínea (e) do inciso I, e os incisos IV, XI e XII da Cláusula 6.1 acima e a Cláusula 9.1 abaixo; e

XX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (c) à Emissora.

7.5 No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembléia de debenturistas.

7.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 7.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

7.5.2 O Agente Fiduciário responderá perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

VIII

JUCERJ

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 8.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 8.2 A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 8.3 Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.
- 8.4 A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número;
- 8.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representam, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.
- 8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

IX

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 9.1 A Emissora neste ato declara que:
- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
 - IV. os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam

A circular stamp with the text "Emissora" and "5º Ofício" is visible, along with a handwritten signature.

sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

VI. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação executiva, válida e eficaz da Emissora; e

VII. está adimplente com o cumprimento dos contratos a que se refere o inciso XI da Cláusula 6.1 acima.

9.1.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

X

DAS DESPESAS

10.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e as atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

XI

DAS NOTIFICAÇÕES

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

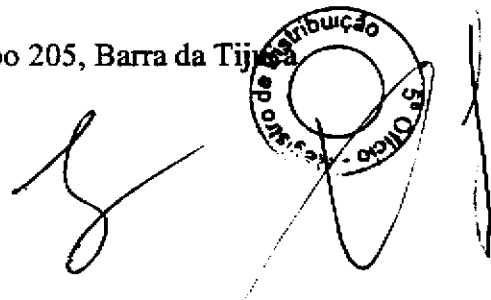
I. Para a Emissora:

MRS Logística S.A.
Praia de Botafogo, 228 – Sala 1201 E
CEP22359-900 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Julio Cesar Pinto - Diretor Adm. e Financeiro e de Relações com Investidor
Telefone: (21) 559-4600
Fac-símile: (21) 552-2635

II. Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM Ltda
Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro – RJ



At.: Sr. Juarez Dias Costa
 Telefone: (21) 493-7003
 Fac-símile: (21) 493-4746

- 11.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

XII

DO FORO

- 12.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2000

MRS Logística S.A.

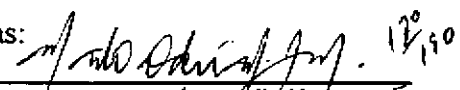

 Henrique Aché Pillar
 Diretor de Desenvolvimento


 Julio Cesar Pinto
 Diretor Administrativo, Financeiro e de
 Relações com Investidores

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.


 César Reinaldo Leal Pinto
 Diretor

Testemunhas:

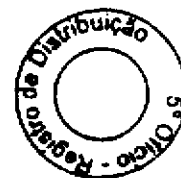
Nome: 
 Id.: 04826713-2

Nome: Antonio Amaro de O. E. Silva
 Id.: CPF 04332211-0
 CPF 07709582-6



O presente título foi examinado
 e Registrado sua Distribuição
 Rio de Janeiro, 13/05/2000

Moisés Matta Ferro
 OFICIAL SUBSTITUTO CP. 23331



ED33000017-5/000
 DATA: 17/10/2003

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: MRS LOGISTICA S/A
 Nire: 33.3.0016358-5
 Protocolo: 00-2003/131542-8 - 02/10/2003
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/10/2003, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA
 ABAIXO.

+ 20% FETJ
 LEI 3217 01/06/99

SERVIÇO REGISTRAL

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

(CRIADO PELO DECRETO Nº 16.273 DE 20/12/923 E INSTALADO EM 06/3/1924)

Rua do Carmo, 62 - Centro - Rio de Janeiro - Capital

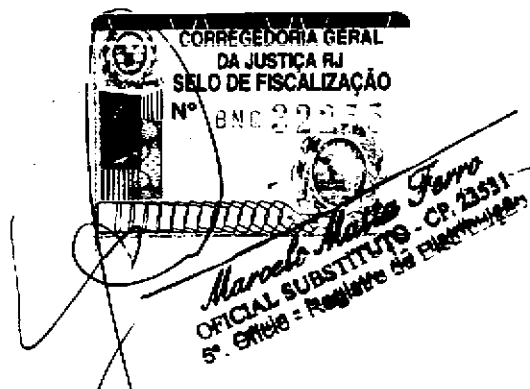
A OFICIAL DO 5º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA e da fé, que nesta data, face ao indispensável exame de Título, foi REGISTRADO no livro 122/2000 o seguinte título: ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE 10.000 DEBENTURES SIMPLES, referente a(s) unidade(s) e participantes a seguir indicados:

EMISSIONA: MRS LOGÍSTICA S/A, CNPJ: 01.410.022/0001-77.

AGENTE: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CGC: 36.113.876/0001-91.

OBJETO: Sala 1.201E, Rua B. de Paula, Botafogo, nº 228.

ASSINADA EM: 06 de setembro de 2000.



Devendo ser registrado no 3º Ofício de Registro de Imóveis.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2000.

CUSTAS: R\$ 20,58

Talão: 10900072

(DP/Setembro/Fab)

CARTARIO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS.
RJ - Tel: 2509-0334.

Original. Cod: 1390933CC. Conf. por: _____ (APS)
Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 2003.

Alan Machado da Silva - Esc. Aut.

Serventia
20% P. Judiciário: 0,57
Total: 3,20



CXU93785